



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 28-A

Brasília - DF, quarta-feira, 9 de fevereiro de 2022

**SEÇÃO 1****Sumário**

Presidência da República ..... 1

..... Esta edição é composta de 2 páginas .....

**Presidência da República****CASA CIVIL****PORTARIA Nº 667, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022**

Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal para o ano de 2022.

**O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal.

CONSIDERANDO o objetivo de dar publicidade às proposições normativas consideradas prioritárias pelo Governo Federal por ocasião do início dos trabalhos do presente ano legislativo:

CONSIDERANDO as competências expressas no inciso VIII, do art. 5º e no inciso XI do art. 10, do Anexo I, do Decreto nº 10.907, de 2021, resolve:

Art. 1º Tornar pública a Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal para o ano de 2022, na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO

ANEXO I

**AGENDA LEGISLATIVA PRIORITÁRIA DO GOVERNO FEDERAL 2022**

| ITEM                      | DESCRIÇÃO   | MATÉRIA                                    | EMENTA  | CASA                                 |
|---------------------------|---|--|---|--------------------------------------|
| <b>ECONÔMICO</b>          |   |  |   |                                      |
| 1                         | Marco de Garantias  | PL 4188/2021                               | Dispõe sobre o serviço de gestão especializada de garantias, o aprimoramento das regras de garantias, o resgate antecipado de Letra Financeira, a transferência de valores das contas únicas e específicas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a exclusão do monopólio da Caixa Econômica Federal em relação aos penhores civis, a alteração da composição do Conselho Nacional de Seguros Privados, e altera a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. | Câmara dos Deputados                 |
| 2                         | Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços         | PL 3887/2020                               | Institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços - CBS, e altera a legislação tributária federal.   | Câmara dos Deputados                 |
| 3                         | Imposto sobre Operações com Bens e Serviços                     | PEC 110/2019                               | Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.  | Senado Federal                       |
| 4                         | Imposto de Renda  | PL 2337/2021                               | NOVA EMENTA: Altera as Leis nºs 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 7.689, de 15 de dezembro de 1988, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e demais.  | Senado Federal                       |
| 5                         | Correios  | PL 591/202                                 | Dispõe sobre o marco regulatório, a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP); altera as Leis nºs 5.070, de 7 de julho de 1966, 6.538, de 22 de junho de 1978, 9.472, de 16 de julho de 1997, e demais.   | Senado Federal                       |
| <b>CUSTO BRASIL</b>       |   |  |   |                                      |
| 6                         | ICMS-Combustíveis   | PLP 11/2020                                | Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para dispor sobre substituição tributária do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações com combustíveis.   | Senado Federal                       |
| 7                         | Identificação civil nacional                                    | PL 3228/2021                               | Altera a Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, que dispõe sobre a Identificação Civil Nacional - ICN.   | Câmara dos Deputados                 |
| 8                         | Representação privada de interesses                             | PL 4391/2021.<br>Apensado ao PL 1202/2007. | Dispõe sobre a representação privada de interesses realizada por pessoas naturais ou jurídicas junto a agentes públicos.  | Câmara dos Deputados                 |
| 9                         | Registros Públicos  | MP 1085/2021                               | Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos - SERP, de que trata o art. 37 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a Lei nº 11.977, de 2009, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.   | Comissão Mista do Congresso Nacional |
| <b>SOCIAL</b>             |   |  |   |                                      |
| 10                        | Benefício Extra Auxílio Brasil                                  | MP 1076/2021                               | Institui o Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil.   | Câmara dos Deputados                 |
| 11                        | Marco Temporal terras indígenas                                 | PL 490/2007                                | Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.   | Câmara dos Deputados                 |
| 12                        | Acessibilidade/ Leitura   | PL 4315/2021.<br>Apensado ao PL 751/2007   | Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a facilitação do acesso, em formatos acessíveis, a obras publicadas às pessoas com deficiência ou dificuldade para perceber, manusear ou ler textos, conforme o Tratado de Marraqueche, promulgado pelo Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018.   | Câmara dos Deputados                 |
| 13                        | Contrato Verde e Amarelo  | PL 6160/2019                               | Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a utilização do seguro-garantia em substituição aos depósitos recursais trabalhistas, a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, e disciplina o procedimento de homologação de acordo extrajudicial no Contrato de Trabalho Verde e Amarelo.  | Câmara dos Deputados                 |
| <b>AMBIENTAL</b>          |   |  |   |                                      |
| 14                        | Recursos para ações de fiscalização ambiental e reflorestamento | PL 4847/2019                               | Altera as Leis nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, e nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para estabelecer o perdimento administrativo de bens utilizados na prática de infrações ambientais, bem como a destinação desses bens e a aplicação dos valores decorrentes de sua alienação.   | Senado Federal                       |
| 15                        | Licenciamento ambiental   | PL 3729/2004                               | Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.  | Senado Federal                       |
| 16                        | Política Nacional sobre a Mudança do Clima                      | PL 6539/2019                               | Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, o Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima e o Crescimento Verde e dá outras providências.   | Câmara dos Deputados                 |
| 17                        | Mercado de Carbono  | PL 528/2021.<br>Apensado ao PL 290/2020.   | Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), determinado pela Política Nacional de Mudança do Clima - Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.  | Câmara dos Deputados                 |
| 18                        | Concessões Florestais   | PL 5518/2020                               | Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, para conferir maior celeridade ao processo licitatório, flexibilidade aos contratos e atratividade ao modelo de negócio das concessões florestais.   | Câmara dos Deputados                 |
| <b>SEGURANÇA E DEFESA</b> |   |  |   |                                      |
| 19                        | Veda a saída temporária   | PL 360/2021.<br>Apensado ao PL 5530/2019.  | Altera a Lei de Execuções Penais para excluir a possibilidade de concessão de saída temporária.   | Câmara dos Deputados                 |
| 20                        | Porte de armas (categorias)                                     | PL 6438/2019                               | Sistema Nacional de Armas - Sinarm. Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm e define crimes, e dá outras providências.   | Câmara dos Deputados                 |
| 21                        | Armas- CAC  | PL 3723/2019                               | Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e define crimes, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos das Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 7.170, de 14 de dezembro de 1983.  | Senado Federal                       |
| 22                        | Auxílio-reclusão  | PEC 3/2019                                 | Altera a redação do art. 201 da Constituição Federal, para extinguir o auxílio-reclusão.  | Senado Federal                       |



|                       |   |  |  |                                      |
|-----------------------|---|--|--|--------------------------------------|
| 23                    | Maioridade Penal                                    | PEC 115/2015                           | Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal..   | Senado Federal                       |
| 24                    | Pedofilia/ crime hediondo                           | PL 1776/2015                           | Inclui no rol de Crimes Hediondos os Crimes de Pedofilia.  | Câmara dos Deputados                 |
| 25                    | Abuso sexual/ confiança                             | PL 3780/2020                           | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para estabelecer medidas contra o abuso sexual praticado por ministros de confissões religiosas, profissionais das áreas de saúde ou de educação e por quaisquer pessoas que se beneficiem da confiança da vítima ou de seus familiares para praticar tais crimes, quando a vítima for menor de dezoito anos ou incapaz.     | Câmara dos Deputados                 |
| <b>AGRICULTURA</b>    |   |  |  |                                      |
| 26                    | Defensivos Agrícolas ou Lei do Alimento Mais Seguro | PL 6299/2002                           | Altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.                        | Câmara dos Deputados                 |
| 27                    | Autocontrole na Produção de Alimentos               | PL 1293/2021                           | Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.  | Câmara dos Deputados                 |
| 28                    | Regularização Fundiária                             | PLS 510/2021(PL 2633/2020)             | Altera as Leis nºs 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária; e dá outras providências.  | Senado Federal                       |
| <b>MINERAÇÃO</b>      |   |  |  |                                      |
| 29                    | Mineração em Terras Indígenas                       | PL 191/2020                            | Institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas. Regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas.                                    | Câmara dos Deputados                 |
| <b>EDUCAÇÃO</b>       |   |  |  |                                      |
| 30                    | Programa Internet Brasil                            | MP 1077/2021                           | Institui o Programa Internet Brasil no âmbito do Ministério das Comunicações, com a finalidade de promover o acesso gratuito à internet em banda larga móvel aos alunos da educação básica da rede pública de ensino integrantes de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.  | Comissão Mista do Congresso Nacional |
| 31                    | Renegociação e perdão de dívidas do FIES            | MP 1090/2021                           | Estabelece os requisitos e as condições para realização das transações resolutivas de litígio relativas à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies e altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009.  | Comissão Mista do Congresso Nacional |
| 32                    | Homeschooling                                       | PL 2401/2019. Apensado ao PL 3179/2012 | Dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.   | Câmara dos Deputados                 |
| 33                    | Progressão Continuada                               | PL 6/2020                              | Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar ilegal a progressão continuada em escolas de todo país, abolindo a organização por ciclos.   | Câmara dos Deputados                 |
| <b>INFRAESTRUTURA</b> |   |  |  |                                      |
| 34                    | Voo Simples   | MP 1089/2021                           | Altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, para dispor sobre o transporte aéreo.   | Comissão Mista do Congresso Nacional |
| 35                    | Modernização do Setor Elétrico                      | PL 414/2021                            | Altera as Leis nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, nº 10.438, de 26 de abril de 2002, nº 10.848, de 15 de março de 2004, nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, e nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, para aprimorar o modelo regulatório e comercial do setor elétrico com vistas à expansão do mercado livre, e dá outras providências. | Câmara dos Deputados                 |
| 36                    | Debêntures de Infraestrutura                        | PL 2646/2020                           | Altera a Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, para dispor sobre a redução na alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre as operações que menciona.   | Senado Federal                       |
| <b>SAÚDE</b>          |   |  |  |                                      |
| 37                    | Controle de qualidade de medicamentos               | PLS 589/2021                           | Dispõe sobre medidas de controle da qualidade de medicamentos no período pós-registro.   | Câmara dos Deputados                 |
| 38                    | Rastreamento de medicamentos                        | PL 2552/2021                           | Altera a Lei nº 11.903, de 14 de janeiro de 2009, que "dispõe sobre o rastreamento da produção e do consumo de medicamentos por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados", para prorrogar o prazo de implementação do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos.  | Câmara dos Deputados                 |
| 39                    | Incorporação de tecnologias ao SUS                  | PL 1613/2021                           | Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre os processos de incorporação de tecnologias ao Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a utilização, pelo SUS, de medicamentos cuja indicação de uso seja distinta daquela aprovada no registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).   | Câmara dos Deputados                 |

| EM FORMULAÇÃO NO EXECUTIVO |                                   |   |
|----------------------------|-----------------------------------|---|
| ITEM                       | DESCRIÇÃO                         | OBSERVAÇÕES   |
| 40                         | Retaguarda Jurídica dos Policiais | Visa conferir maior amparo jurídico aos integrantes dos órgãos de que trata o art. 144 da Constituição.   |
| 41                         | Direito das vítimas               | Dispõe sobre as garantias mínimas das vítimas de crimes.  |
| 42                         | Proagro e Prêmio Seguro Rural     | Dispõe sobre a integração do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e do Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural (PSR); altera dispositivos da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, da Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003; e revoga o Capítulo XVI da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. (EMI 443/20) |
| 43                         | Mineração em faixa de fronteira   | Dispõe sobre a Mineração na Faixa de Fronteira. (EMI 21/2020)   |
| 44                         | Microcrédito                      | Dispõe sobre a ampliação do acesso aos Programas de Microcrédito no país.   |

| EM FORMULAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL |   |   |
|-------------------------------------|---|---|
| ITEM                                | DESCRIÇÃO                                   | OBSERVAÇÕES   |
| 45                                  | Tributos federais incidentes sobre o diesel | Autorização para a redução temporária de impostos sobre o diesel para enfrentar as consequências socioeconômicas da pandemia da COVID-19. |

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO  
Presidente da RepúblicaLUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA  
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-GeralHELDO FERNANDO DE SOUZA  
Diretor-Geral da Imprensa NacionalDIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO  
Em circulação desde 1º de outubro de 1862ALEXANDRE MIRANDA MACHADO  
Coordenador-Geral de Publicação e DivulgaçãoHELDER KLEIST OLIVEIRA  
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos  
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal  
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br  
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF  
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450